

Reforma garante verba à educação

Deise Leobet
de Brasília

A proposta que o Ministério da Educação (MEC) deve enviar na próxima segunda-feira ao relator da emenda da reforma tributária, deputado Mussa Demes (PFL-PI), vai exigir garantias constitucionais de vinculação e de aumento dos recursos financeiros para o ensino público no País. O ministro da Educação, Paulo Renato Souza, disse ontem, durante debate na Comissão de Educação da Câmara sobre o Plano Nacional de Educação (PNE), que não haverá condições de expandir e melhorar a qualidade do ensino sem essas garantias.

"Tem gente querendo tomar o dinheiro da Educação, mas nós não iremos permitir isso", disse ele, referindo-se à proposta de governadores e prefeitos de retirar do bolo de receitas do ensino os recursos provenientes das transferências dos Legislativos e Judiciários. Essa proposta, que poderia significar uma perda de R\$ 5 bilhões por ano para a Educação, chegou a ser incluída na versão preliminar do parecer de Mussa Demes. O relator, porém, se comprometeu a retirá-la do parecer final depois dos protestos do ministro. "A partir de agora, seremos mais vi-

gilantes para evitar novos sustos."

O MEC e os deputados da bancada da Educação querem, agora, garantir um aumento de arrecadação para o setor com a reforma tributária. Na avaliação do deputado Walfrido Mares Guia (PTB-MG), que é titular das comissões de Educação e da que analisa a reforma tributária, a atual proposta, por si só, já garante um crescimento de receita para o setor.

É o caso do Fundef (Fundo de Desenvolvimento da Educação Fundamental e de Valorização do Magistério) que, pela nova proposta, passará a descontar os 15% das receitas tributárias de estados e municípios do novo ICMS compartilhado, segundo o deputado. Esse novo imposto vai incluir o atual ICMS, o IPI e o ISS. Só com a inclusão do ISS haverá um aumento de R\$ 5 bilhões no bolo de receitas. Na prática, isso significará pelo menos R\$ 750 milhões mais para o Fundef, que hoje arrecada cerca de R\$ 8 bilhões por ano.

Para compensar a perda de receitas com a extinção do salário-educação, a proposta é vincular pelo menos 10% das receitas da futura Contribuição Social Geral (CSG), que substituirá a CPMF, Cofins, PIS e a Contribuição sobre o Lucro Líquido. Com isso, seria possível garantir um mínimo de R\$ 4 bilhões para o setor.

Os percentuais, de acordo com Guia, seriam fixados no próprio texto constitucional, para evitar perda de receitas no futuro. A distribuição dos recursos, porém, seria feita através de lei complementar. Do total de recursos arrecadados com a CSG, a meta é destinar R\$ 1,5 bilhões para servir de "capital de giro" para as escolas; R\$ 550 milhões para a compra de livros didáticos; R\$ 350 milhões para a aquisição de equipamentos e manutenção da rede pública e R\$ 450 milhões para a formação de professores. Os R\$ 1,1 bilhões restantes seriam divididos entre programas do MEC e o Fundef.